

m
u

terra maia

1

infomai



Nota de Abertura

É com muito prazer que procedo a esta “Nota” inaugural da Revista Municipal “Terra Maia”.

A “Terra Maia” é uma publicação que se pretende abrangente e que se debruçará sobre a importantíssima questão que é o “Ordenamento Territorial”. Uma questão, que ao longo da minha carreira pública, enquanto Vereador, Vice-Presidente e agora Presidente da Câmara Municipal da Maia, sempre me inspirou e norteou.

Ao longo das suas edições serão tratadas questões diretamente relacionadas com esse tema, em todas as suas facetas, desde o planeamento ao ambiente, desde a mobilidade e transportes à digitalização e à História, dando conta não só das iniciativas municipais, sobre essa vasta matéria - em curso ou projetadas - mas também das melhores práticas planetárias sobre as mesmas.

A “Terra Maia” integra-se perfeitamente no modelo de comunicação que acho o mais correto para a Câmara Municipal, na sua relação com os Municípios. Um modelo que privilegia a transparência, a partilha e o estímulo da participação cívica.

A “Terra Maia” apresenta-se perante os seus leitores como uma revista com claros propósitos informativos e pedagógicos, promovendo a reflexão coletiva em relação a temáticas que a todos dizem respeito pela sua importância.

O território em que nascemos - ou escolhemos para viver -, a Maia, pela sua localização geográfica – é o único município da Área Metropolitana do Porto que tem fronteiras com sete dos concelhos que a integram – tem uma enorme importância, não só para todos que cá vivem, mas também para o todo nacional, com especial destaque para a Euro-Região Norte de Portugal-Galiza. A Maia, mais do que uma encruzilhada de rotas, é uma plataforma recolectora e difusora.

Esse posicionamento de elevado valor estratégico implica, a todos os níveis, uma acrescida responsabilidade coletiva na preservação de características que permitam um desenvolvimento de excelência, cujos ganhos se refletem diretamente na nossa qualidade de vida, e na manutenção permanente do nosso papel de “bom exemplo” a seguir. Um exemplo de um território em que vale a pena viver, aprender, trabalhar e investir.

Os artigos da “Terra Maia” serão escritos por especialistas e responsáveis políticos, numa linguagem acessível, mas rigorosa, em que o respeito pela integralidade dos factos e uma constante visão científica, serão a sua “pedra de toque”, a sua “marca distintiva”.

A “Terra Maia” tem também preocupações estético-formais, que se refletem no seu aspeto gráfico, com um especial cuidado ao nível da ilustração – desenho e fotografia. Pretendo, pretendemos, que a mesma seja valorizada enquanto instrumento de informação, de pedagogia e de reflexão, mas também enquanto “objeto” com valor estético intrínseco. Uma revista que dê tanto prazer ao ler como ao apenas tocar e folhear.

Com uma distribuição alargada, faremos da “Terra Maia”, uma verdadeira janela aberta sobre a Maia enquanto território vivo, que respeitando o seu passado, tudo faz para que no presente se criem as condições mais favoráveis num futuro, “que há-de vir”, que do ponto de vista ambiental, é cada vez mais incerto.

As transformações climáticas, reais e visíveis, são apenas um dos sintomas da grande crise que o planeta começa a viver.

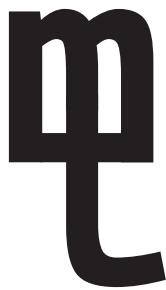
O debelar ou, pelo menos, o atenuar dos efeitos devastadores dessa crise, é uma responsabilidade que a todos cabe, que passa pela mudança de comportamentos, por legislação corajosa e pela tomada de medidas urgentes.

Entendo, enquanto cidadão e enquanto Presidente da Câmara de um município com a importância nacional da Maia que, embora consciente que não posso mudar o mundo, tenho o dever, em relação ao território cujo governo me foi pelos Municípios democraticamente delegado, de pro-agir, nesse sentido, honrando o nosso passado, cuidando do nosso presente e salvaguardando, para as gerações vindouras este património extraordinário que é a terra em que vivemos, a Terra da Maia.

Espero que apreciem esta vossa Revista, a “Terra Maia”, tanto quanto a mim me deu prazer em querer que ela acontecesse.

O Presidente da Câmara Municipal da Maia

António Domingos da Silva Tiago



terramaia

Nota de Abertura

Sobre a revista terramaia

António Domingos da Silva Tiago

Editorial A Encruzilhada

(acelerar ou travar perante a luz amarela?)

José Carlos Portugal

Ordenamento

Do "Ordenamento Territorial"

Mário Nuno Neves

**12 Plano Diretor Municipal da Maia vs novo
enquadramento jurídico: um plano diferente**

José António Lameiras

Participação Pública

14 Agenda dos cidadãos para o PDM da Maia

*José Carlos Mota, Gil Moreira, Isabella Rusconi
e Janaina Teles*

Cultura

23 A Cultura como tecelora de Comunidade

Mário Nuno Neves

Mobilidade

**26 À procura de Sustentabilidade na
Mobilidade!..**

Marta Susana Moreira

História

**32 33 O caminho municipal 1372, elemento
patrimonial a revisitá.**

André Tomé Ribeiro

A Encruzilhada-v.02

(e se, afinal, o amanhã já tiver sido ontem?)

José Carlos Portugal



Editorial

A Encruzilhada (acelerar ou travar perante a luz amarela?)

Nós, humanos, julgamos quase sempre que a evolução (o mirífico progresso) se metaforiza na “subida da grande montanha” e que a cada colina que alcançamos dominamos um tanto mais do imenso horizonte. E, intrépida e pressurosamente, retomamos a subida.

Uma dada manhã radiosa, de súbito, percebemos que as inúmeras gerações investidas na caminhada nos levaram, afinal, a um cerro do qual avistamos para cima muito mais montanhas sem fim e para baixo terras e terras calcorreadas mas sem caminho de retorno. Não sendo possível voltar atrás para corrigir os desvios, sentamo-nos ao abrigo de uma das últimas sombras e cansamo-nos a perceber que estávamos mal preparados para o choque: a cada pegada da nossa subida, sem bem o ter percebido, apagávamos porções da paisagem caminhada e que, afinal, muito do que tanto procurávamos estava ao alcance lá em baixo, no vale aonde não será possível voltar.

Nessa circunstância, começamos a ver tudo aquilo para que apenas tínhamos olhado. E aceitamos a vermo-nos também a nós mesmos. E empreendemos a construção de um novo suporte de vida, assente numa regenerada mundividência mais atenta a valores e princípios que malbaratamos na voragem da subida. Muitos deles tínhamos por adquiridos e seguros – largámo-los da mão e perderam-se. O mais desafiante dos exercícios: destrinçar o útil para preservar, recuperar o estragado possível e abandonar o supérfluo mais danoso do que proveitoso.

O ordenamento do território é um braço prático dessa mundivisão, da filosofia portanto, como bem se percebe, aliás, nos outros textos desta edição. A partir da revolução industrial e com efeitos mais impactantes a partir da segunda metade do século XX (o “pós-guerras”), aceleramos a subida da montanha e, sobretudo, sem olhar para trás. É crucial entender e assumir que essa impaciência (um tanto pueril, de resto) na procura de Utopia acabou por nos levar pelo atalho mais curto, mas para mais perto de Distopia.

Iniquidade social, diluição gregal, dependência venal, instabilidade económica, despotismo prestamista, disfunção ambiental, alterações climáticas, dubiez ocupacional, iliteracia cidadã, propensão individualista, conflitualidade identitária; são quinhões de uma realidade distópica em que a organização inteligente se torna irrelevante, o progresso integrado se torna autofágico e os proveitos do pensamento e da identidade acabam dispensáveis. A cultura (“os sentidos das coisas”, *lato sensu*), enfim, torna-se um frívolo estorvo.



Cláudio Reis, 2018

O ordenamento do território é, assim e hoje, um instrumento cooperante (e não apenas servicial técnico, como tem sido) na construção desse novo paradigma civilizacional em que a enorme vantagem do gregarismo humano deve traduzir (regenerando-se) a sua capacidade de preservar a prudência e o equilíbrio, a inteligência. Para tal, há algumas noções a reter que aqui exponho na minha formulação, em sete andamentos.

A primeira noção a afrontar consiste na necessidade de valorizar a síntese integradora como desígnio superior e último da análise casuística. Nesta era digital da captação, produção e consumo de informação, de dados, o maior desafio inteligente é a capacidade de os tornar operativos na construção de leituras coerentes e pró-activas da realidade. Em ordenamento do território, dados isolados são inúteis. Só a sua agregação interactiva, multidisciplinar, pode produzir pensamento actuante na missão de potenciar as vantagens da acção humana através da organização dos seus assentamentos e actividades. Definitivamente, planear uma expansão urbanística terá que ser filtrado pelo conhecimento das fragilidades ambientais desse determinado lugar físico. Medir prudentemente os impactos será a condição fundadora para as decisões. Mitigar impactos danosos já deixou de ser uma opção.

A segunda noção a regenerar respeita à consciência de que a segmentação da realidade é perniciosa quando pretendida como mais do que uma simples ferramenta. Num Planeta sob ameaça pandémica de disfunções ambientais, as decisões de acção a tomar terão forçosamente que alcançar uma natureza abrangente, "territorializada". A noção de "fronteira" deverá ser confinada à sua serventia como instrumento administrativo e desimpedir o caminho da reconstrução dos contínuos. O ar, como nenhum vale de nenhum rio, conhecem fronteiras. A cultura é o melhor exemplo: existem milhares de práticas culturais identitárias e diferenciadas no Planeta, não existe uma única muralhada. Todas as identidades se enriquecem com a miscigenação – tomam e adaptam o melhor de outras e descartam tudo o que não alinha com a sua identidade diferenciadora de raiz. No ordenamento do território é também assim – as decisões de acção (agora já urgentes) não se compadecem com fronteiras administrativas de Países, Regiões, Distritos, Concelhos ou Freguesias. Ser feliz no meio de uma multidão infeliz é um projecto de futuro inviável que nem sequer tem passado laudatório.

A terceira noção a recuperar é, na verdade, uma continuidade funcional da anterior: o facto de que os humanos são intrinsecamente gregários radica na consciência de que, juntos, se retira sempre vantagem na existência (no progresso, outrossim perante a ameaça); as ameaças com que estamos confrontados agora (em Distopia). Ora, nunca foi tão necessário resgatar a vontade empenhada de cooperação e partilha, numa circunstância na qual décadas de competição impulsiva nos foram esculpindo um carácter claramente mais e mais preparado para a confrontação em registo adversativo. Só há uma auto-satisfação acima de nos sentirmos "melhor do que o outro", é sermos ambos melhores.

A quarta noção, a que seremos mais urgidos, será a de empoderar o critério da qualidade restabelecendo a escala de valores desbaratada pela prolongada prevalência do critério da quantidade. Não obliterando a latitude subjectiva, a verdade é que na voragem se despende muita energia a construir pensamento e produto descartáveis cuja utilidade, de tão efémera, nunca resgata o esforço de fábrica. A “cultura BIC”, epidemicamente difundida e adoptada em massa, tem implícita uma perversidade que, ao usufruirmos da sua comodidade, nem sequer nos ocorre: uma esferográfica “BIC” serve-nos umas três semanas enquanto utensílio, mas deixou uma pegada ecológica brutal na linha de fabrico e, mesmo depois de imprestável continuará a deixá-la. Construir muito não é construir bem. Uma cultura reduzida ao “resultadismo” quantitativo é uma prática sem prospectiva, uma táctica sem estratégia, um sucesso fátnuo sem glória.

A quinta noção, na qual teremos que inscrever novas formulações, atende à hiper valorização da economia (muito especialmente na sua declinação financeira) enquanto indicador primacial da condição civilizacional. A medição do sucesso de um povo (individual e/ou colectivo) centrada superficialmente nos números positivos de uma dada economia (dificilmente sendo ciência económica, visto que normalmente descarta as externalidades negativas), é algo que pouco difere de um comportamento consumista impulsivo. A quantidade do resultado deixou, paulatinamente, de incorporar a qualidade (nas asserções abordadas acima) do processo e passou a confundir-se crescimento com desenvolvimento, o que é um erro. Tal como em ordenamento do território, o planeamento urbanístico acabou enredado nas pressões/batalhas intestinas sobre o valor venal do solo, deixando malbaratado o valor imaterial dos lugares essenciais fundadores, dos equilíbrios naturais e dos sítios com memória simbólica com ou sem dimensão monumental.

A sexta noção, para a qual deveremos preparar-nos, atende à responsabilidade cívica, uma outra dimensão societária mandatória mas também progressivamente atropelada pelas dinâmicas e intensas agendas de reivindicação de direitos. Numa sociedade de inspiração democrática, a reclamação de direitos legítimos é um princípio fundador desde logo porque consagra o direito, em si, de reclamar pelos direitos. Sucede que, nesse contrato, a responsabilidade de cumprir deveres colectivos, precedentes aos direitos individuais, foi sendo relegada para as conhecidas e sempre ridicularizadas mas nem assim mais lidas “letrinhas pequeninas” das cláusulas de exclusão dos contratos comerciais mais manhosos. Por exemplo, a descontração para com o acto de não ir votar “porque chove ou há circo” deixou de ser considerada uma manifestação grave de irresponsabilidade. Até porque, ao dia seguinte no café, soltamos a alto e bom som e por grosso os descontentamentos para com a chuva, o trapezista e o tal deputado arranjista, tudo na mesma altiva e sentenciosa discursiva. Em ordenamento do território, o vazio de participação cívica (voltando à terceira noção abordada) é fatal. Replicando uma célebre paráfrase, “o ordenamento do território é um assunto demasiado sério para ser deixado apenas ao cuidado dos técnicos”.

Sendo certo que, à falta de participação cívica qualificada, os técnicos cumprirão a sua responsabilidade nos gabinetes e os políticos consumarão o seu mandato nos conselhos municipais. Não haverá governo, a que nível organizacional seja, que venha a ser capaz de alavancar a mudança que urge, por decreto. A única via capaz de tornar essa transição de paradigma à condição de possibilidade viável, radica no comprometimento pessoal, livre, consciente, militante, de participarmos responsável e empenhadamente em todos os processos da fábrica das decisões – de que, por notável exemplo, o processo participativo na revisão do Plano Director Municipal da Maia em curso é uma fantástica oportunidade.

A sétima noção é, talvez, um corolário deste texto de pouca ciência. Sendo o ordenamento do território um braço prático da forma como vemos o Mundo e programamos as acções evolutivas (preservando o adquirido bom e protegendo o desenvolvimento em equilíbrio), nesta instante encruzilhada em que nos encontramos, acelerar no último segundo antes de cair o vermelho é continuar a brincar com a sorte do “apenas um em dez corre mal”. Já gastámos nove e, portanto, só pode correr mal. Aceitemos transmutar o termo “Urbanismo” para “Urbanidade”. Hoje comumente significando “civilidade, afabilidade ou delicadeza” (mas restrito ao comportamento), é na verdade um designativo medieval de “governo de uma cidade”. Na meritória e vanguardista investigação de Manuela Malpique (1932-1999), a transposição de toda a evolução do éntimo desemboca numa assertiva contemporânea definição com três tempos: “qualidade de uma organização urbana que ilustre a identidade de uma cidade, a sua memória, os seus conflitos, as suas mudanças”; “qualidade de um espaço ou de uma arquitectura que expresse e deixe que se exprimam os projectos e os comportamentos dos diferentes actores sociais” e “a urbanidade tende a pôr em relação o homem e a cidade através de uma cultura e do ‘génio do lugar.’” De uma forma mais prosaica, o Urbanismo procura adequar os equilíbrios necessários na morfologia do suporte físico e a Urbanidade estuda a interacção dos espaços planeados e/ou produzidos com quem os utilizará e/ou utiliza, procurando optimizar a eficácia civilizacional do resultado.

Tudo somado, podemos concluir que o “planeamento urbanístico clássico” pereceu. As useiras técnicas de planeamento urbanístico deixaram de servir o seu propósito. Por perecimento das teorias metodológicas de especialização sectorizada, outrossim pela natureza aceleradamente mutante da realidade – enquanto, entre as 9:00h e as 17:00h GMT traçamos diligentemente a representação das categorias e classes de utilização do solo seguindo as orientações da burocracia central, a globalização nunca dorme. Todas as manhãs em que nos sentamos ao computador para prosseguir, o que possa ter acontecido em Singapura durante o nosso sono dos justos é que, verdadeiramente, vai desenhar o quadro da realidade. A cada hora!

Essa capacidade contorcionista não é, de todo, compatível com as metodologias do “planeamento clássico” tal como o praticámos até hoje. É essa a razão para que esta revista se produza e publique – como faremos?

José Carlos Portugal

Consultor da Câmara Municipal da Maia



Mariana Couto, 2019

Ordenamento



Angelina Mar, 2019

Do “Ordenamento Territorial”

Segundo a Carta Europeia de Ordenamento do Território (CEOT), “Ordenamento Territorial” é a tradução espacial das políticas económica, social, cultural e ecológica da sociedade e – em simultâneo – uma disciplina científica, uma técnica administrativa e uma política que se desenvolve numa perspectiva interdisciplinar e integrante, tendente ao desenvolvimento equilibrado das regiões e à organização física do espaço, segundo uma estratégia de conjunto.

De uma forma mais simples, podemos dizer que quando falamos em Ordenamento Territorial, mais não estamos do que a debruçarmo-nos sobre a ordem dos elementos que constituem um dado território e as relações que se estabeleceram, na longa duração, entre esses mesmos elementos, numa óptica de sustentabilidade integral, quer do ambiente físico e natural quer da vida Humana com qualidade, estabelecida na relação íntima – e dele dependente – com esse ambiente físico e natural.

Embora não sendo o único, o instrumento mais poderoso ao serviço desse “Ordenamento” é o Planeamento – o planeamento paisagístico e o planeamento urbanístico, executados em absoluta complementaridade e coerência.

Facilmente se percebe, que “Ordenamento Territorial” é uma missão pública, uma atribuição do Poder público, mas que não tem qualquer hipótese de ter sucesso se não envolver as populações. Dito de outra forma, não há “Ordenamento Territorial” estrutural e

estruturante se não for objecto de uma ampla e permanente participação pública.

Os territórios são espaços geográficos, limitados, que são, ao mesmo tempo “condições” físicas – e aqui referimo-nos quer ao natural, quer ao material de proveniência humana – e condições que, há falta de melhor termo, poderemos classificar de mentais – e aqui referirmo-nos ao desenrolar de todo o “filme” da ocupação dos lugares pelas gentes, e nas variadíssimas relações estabelecidas pelas segundas com os primeiros, filme esse que, ao longo dos tempos, quer individual quer colectivamente se caracterizou por distintas percepções, ligações e interações das pessoas em relação à terra, seu habitat.

Assim – e embora isso possa desconcertar muita gente – o “Ordenamento Territorial”, na procura do reforço da coerência na relação complexa e milenar que se estabeleceu entre o Ser Humano e o espaço físico em que habita e altera, não pode existir sem abordagem histórica, sem abordagem antropológica e sem uma matriz de pensamento/ação sustentada no “Conhecimento”.

É esse Conhecimento, profundo e multifacetado, que permite a percepção dos erros eventualmente cometidos, da natureza exata dos espaços e das suas funções, das oportunidades em aberto e a aproveitar, dos riscos inerentes às decisões e das possibilidades práticas da concretização paulatina do “sonho” que se vai construindo para a evolução do próprio território, num contexto de sustentabilidade.



Angelina Mar, 2019

Um território sustentável é aquele que se assume como suficientemente independente para garantir a qualidade de vida das pessoas sem se exaurir do ponto de vista dos seus recursos e potencialidades, tendo em conta as gerações vindouras, e é aquele que tem a inteligência suficiente para selecionar muito bem as suas próprias dependências e interdependências.

A "Terra Maia" é, essencialmente, uma revista sobre "Ordenamento Territorial" de um território específico: o nosso.

O nosso território, com uma longa e riquíssima História de ocupação humana, é extremamente complexo, quer do ponto de vista da análise fina das evoluções, transformações e rupturas a que

foi submetido na longa duração, quer do ponto de vista da análise fina do seu presente, que tem, evidentemente, que ser prospektivado na senda da já referida sustentabilidade.

É dessa dupla análise, da percepção clara dos elementos, da sua ordem e relações, que o almejado "Ordenamento" surge.

A "Terra Maia" assume-se como um instrumento ao serviço dessa tarefa que é condição *sine qua non* de sustentabilidade, no papel que desempenhará na transmissão de conhecimentos, no estímulo à reflexão colectiva, no despertar para temas e problemáticas. Um instrumento, que para ter sentido e ser eficaz, precisa dos seus leitores. De si.

Mário Nuno Neves

O Vereador da Câmara Municipal da Maia

Plano Diretor Municipal da Maia vs novo enquadramento jurídico: um plano diferente

A alteração ocorrida no edifício jurídico do ordenamento do território com a publicação da Lei de Bases das políticas públicas do solo, do ordenamento do território e do urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio) tem como principal medida um novo conceito de solo urbano, entendido agora como o solo servido por infraestruturas urbanas e de prestação de serviços associados, com a consequente eliminação do solo urbanizável ou de expansão urbana.

São várias as razões que justificam esta alteração, com relevo para a necessidade de contenção e consolidação dos territórios urbanos a par do incremento da reabilitação (e regeneração) urbana, perante um cenário de dimensão do solo urbano definido nos planos diretores municipais para o continente com capacidade de albergar cerca de 40 milhões de habitantes, a expansão desordenada das áreas urbanas e a existência de terrenos vazios em áreas urbanizadas, o abandono dos centros urbanos e a sua preocupante degradação e o imperativo de assegurar a sustentabilidade territorial, protegendo o solo como recurso natural escasso e não renovável.

Mas foi também propósito desta alteração legislativa o controlo do processo de formação do valor do solo e da apropriação dos diferenciais de valor, reduzindo quer o diferencial de valor entre o urbano e o rural, quer o valor do solo no custo da habitação, acrescendo o controlo do mercado do solo urbano.

A eliminação do solo urbanizável não se faz, contudo, pela simples integração destas áreas no solo rústico (antigo solo rural). Ela é muito mais complexa e implica a revisão global dos perímetros urbanos e rurais. Isto é, as novas regras não se esgotam na eliminação das áreas urbanizáveis, devendo ser incorporados outros critérios que permitam uma nova classificação do solo, o que apenas se pode fazer no âmbito de uma revisão do Plano Diretor Municipal.

E essa revisão deve já contemplar os novos conteúdos que a lei agora estabelece para os planos diretores municipais, com destaque para:

- Uma nova classificação e qualificação do solo;
- Condições de atuação sobre as áreas de reabilitação urbana;
- Programa de execução e plano de financiamento, com fundamentação da sua sustentabilidade económica e financeira;
- Definição de critérios para a redistribuição das mais valias fundiárias;
- Identificação dos riscos naturais e antrópicos, incluindo a adoção de medidas de adaptação às alterações climáticas;
- Indicadores qualitativos e quantitativos que suportem a avaliação permanente da adequação e concretização da disciplina consagrada no PDM.

Estamos, portanto, perante um novo enquadramento para a elaboração do plano diretor municipal, que permitirá um plano mais racional, mais estratégico, mais sustentado e, pretende-se, mais participado.

José António Lameiras
Coordenador da Equipa Técnica Externa

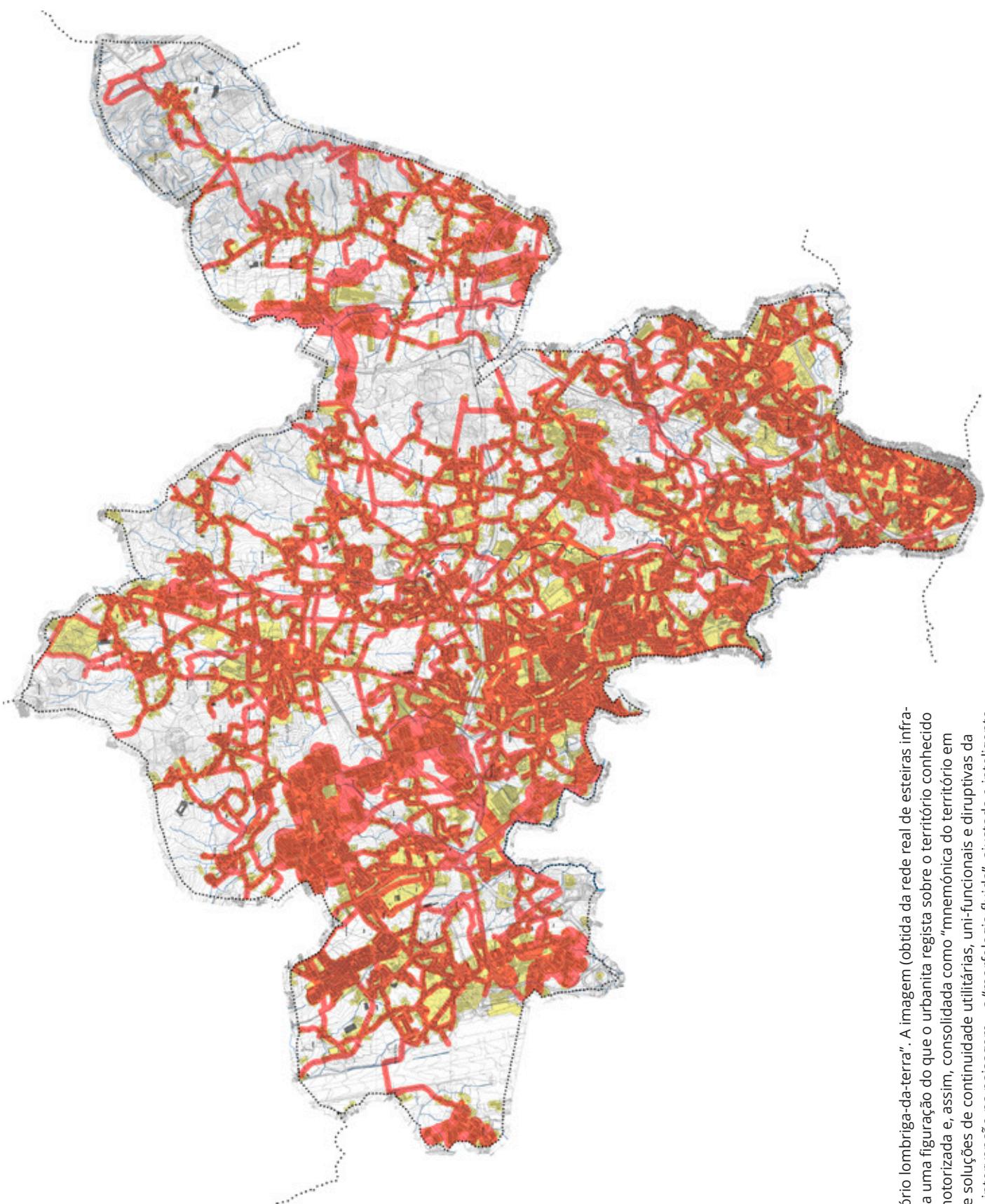


Imagen acima: o “território lombriga-da-terra”. A imagem (obtida da rede real de esteiras infra-estruturadas) representa uma figuração do que o urbanita regista sobre o território conhecido a partir da locomoção motorizada e, assim, consolidada como “mnemónica do território em que vive”. Uma malha de soluções de continuidade utilitárias, uni-funcionais e disruptivas da ancestral inteligência de intervenção na paisagem – a “morfologia fluida”, ajustada e inteligente.

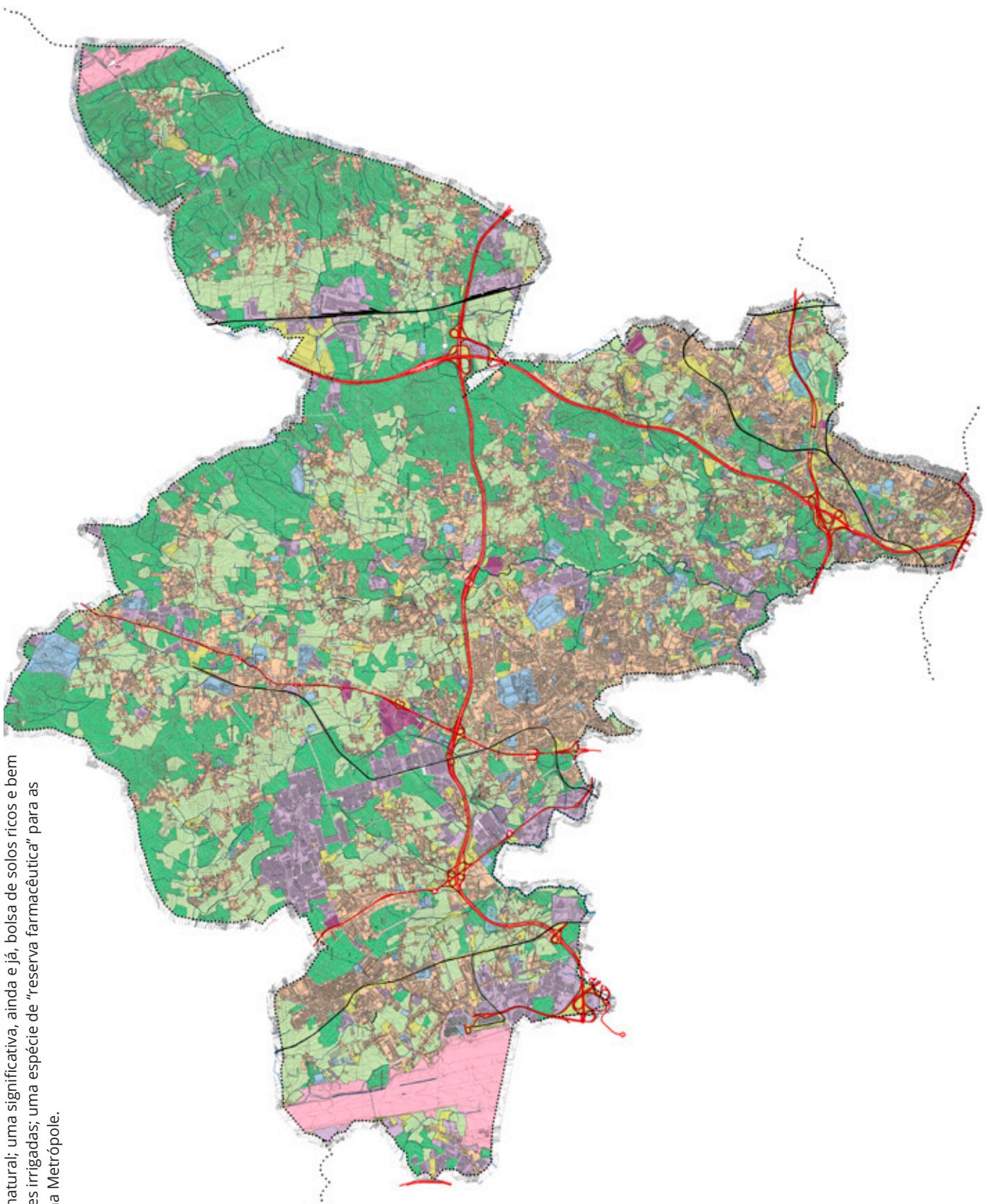
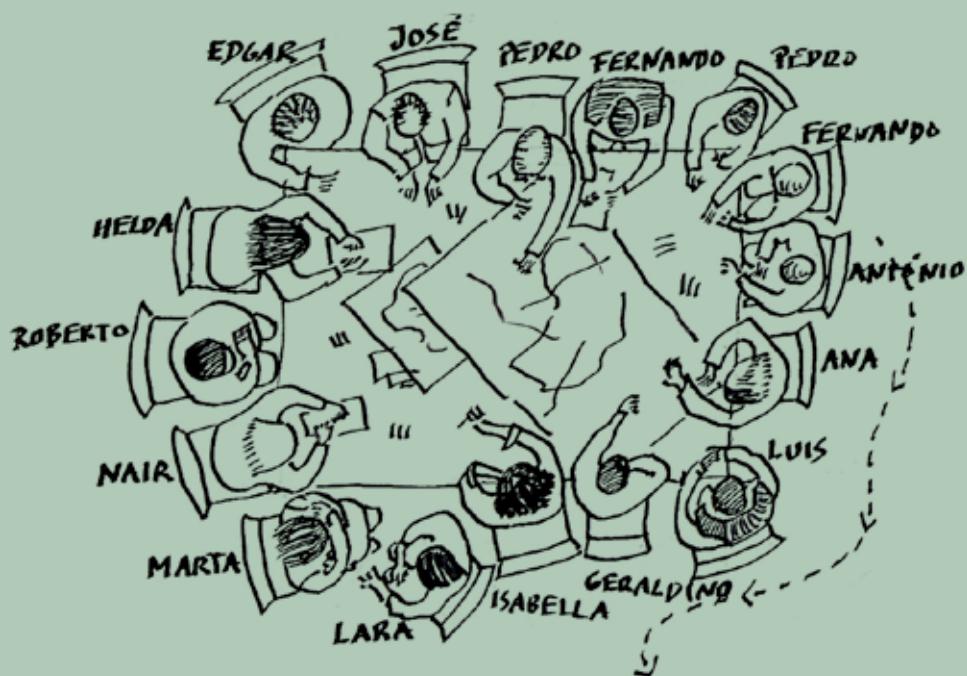


Imagem abaixo: o território real, hoje. A cartografia de um território, ainda e já, muito mais "verde" do que aquilo que se vê conduzindo nas estradas. Um convite claro à regeneração e preservação da paisagem natural; uma significativa, ainda e já, bolsa de solos ricos e bem expostos em vertentes suaves irrigadas; uma espécie de "reserva farmacêutica" para as maleitas que se antecipam na Metrópole.

Cartografia trabalhada por Gestão Integrada de Projectos e Planeamento (GIPP) e Equipa Interna do PDM da Maia

Participação Pública



Agenda dos cidadãos para o PDM da Maia

A comunidade maiata está a fazer história em processos participativos de planos de ordenamento em Portugal. O envolvimento cidadão na revisão do Plano Diretor Municipal, que arrancou em janeiro de 2019 e terminará em junho de 2020, tem sido surpreendente, quer pelo número elevado de participantes, mais de 1.200, quer pela qualidade dos seus contributos.

A metodologia participativa foi pensada em quatro etapas. A primeira, realizada em janeiro e fevereiro de 2019, procurou clarificar as expectativas dos vários atores para com o plano. A segunda, desenvolvida de fevereiro a junho do mesmo ano, produziu um conjunto

de memórias coletivas dos cidadãos e um diagnóstico colaborativo da realidade do município. A terceira, que arrancou em setembro passado com a abertura de uma exposição pública do trabalho realizado pelos cidadãos, terminou no final do ano, foi dedicada a construir a agenda das propostas dos cidadãos e dos principais atores locais (sociais, ambientais e económicos) para o PDM. A quarta e última, que se desenvolverá nos primeiros três meses de 2020, será para realizar a apresentação da versão final do PDM e conterá, paralelamente, um exercício de experimentação de algumas das ações propostas, a concretizar com os cidadãos.

2019			2020	
Jan	Fev	Jun	Dez	Jun
Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	
Expetativas	Diagnóstico	Propostas	Aprovação	
Para que queremos o PDM? Que território temos? Que território desejamos? 	Quais as histórias da Maia? Quais os recursos e os problemas da Maia? 	Quais as propostas para o território da Maia? 	Como as propostas para o território da Maia? 	

Convém sublinhar o caráter inovador desta metodologia. Salientamos cinco aspectos chave. Em primeiro, o consenso político em torno da necessidade de envolver os cidadãos na construção do plano e de evitar que a participação se centre em questões de interesse individual. Em segundo, a qualidade dos espaços de escuta e debate que assegurem que todos possam falar e ouvir a opinião dos seus vizinhos sobre o território da sua freguesia, permitindo a construção de uma visão partilhada. Em terceiro, a forma cuidada como se registam as opiniões dos participantes, seja através de mapas de memórias, que contam de uma forma única a história da transformação territorial ao longo das últimas décadas, seja em forma de newsletter, seja ainda em mapas de objetivos e propostas. Em quarto, a independência dos diálogos e a transparência dos conteúdos produzidos, todos disponíveis no site da autarquia. Por último, a oportunidade de envolver os cidadãos participantes na experimentação das propostas do plano para aprendizagem e futura replicação. Tudo isto só foi possível graças aos meios excepcionais dedicados à sua concretização pela Câmara Municipal da Maia.

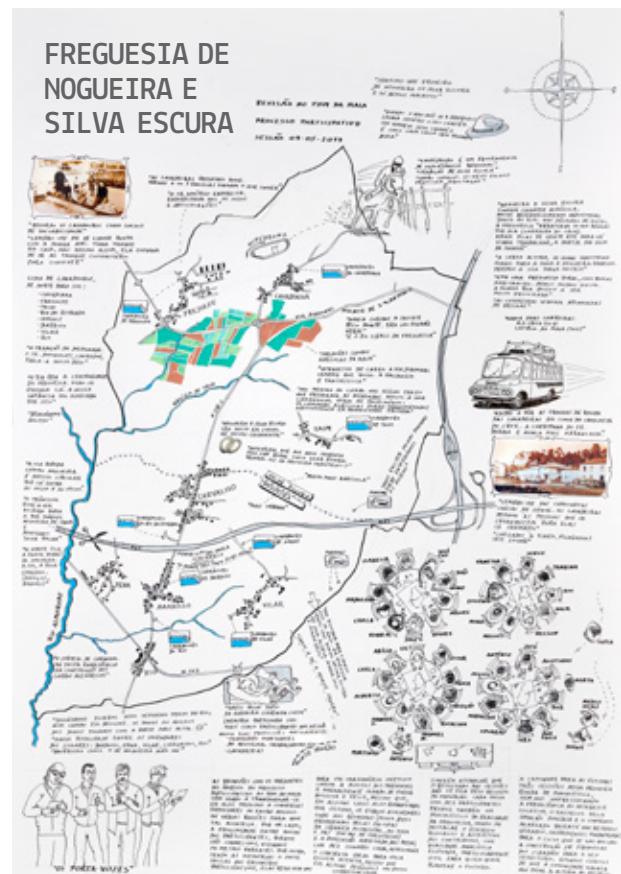
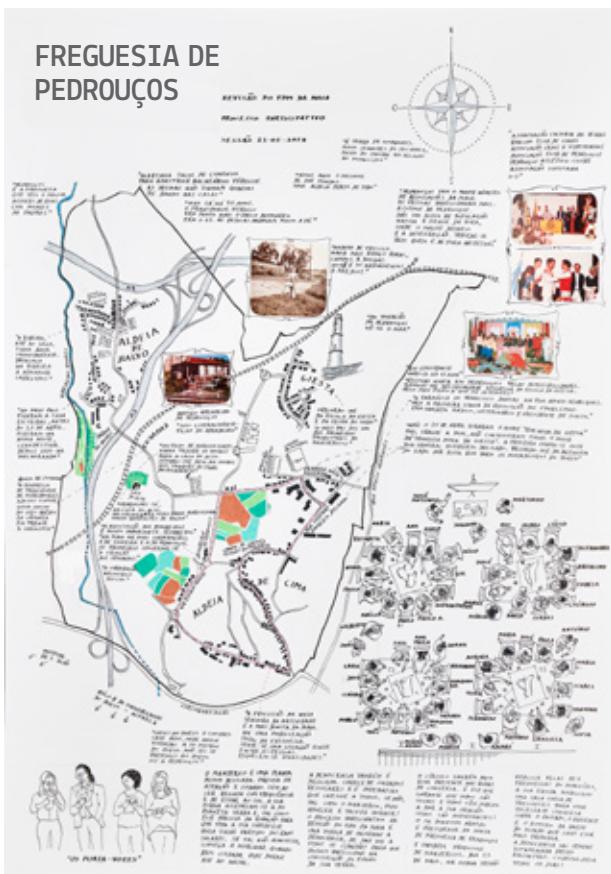
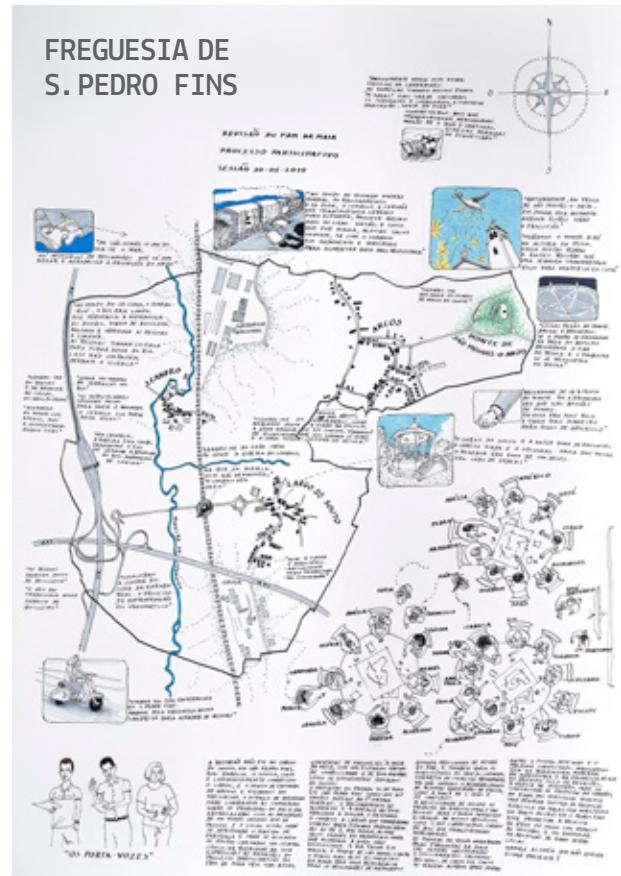
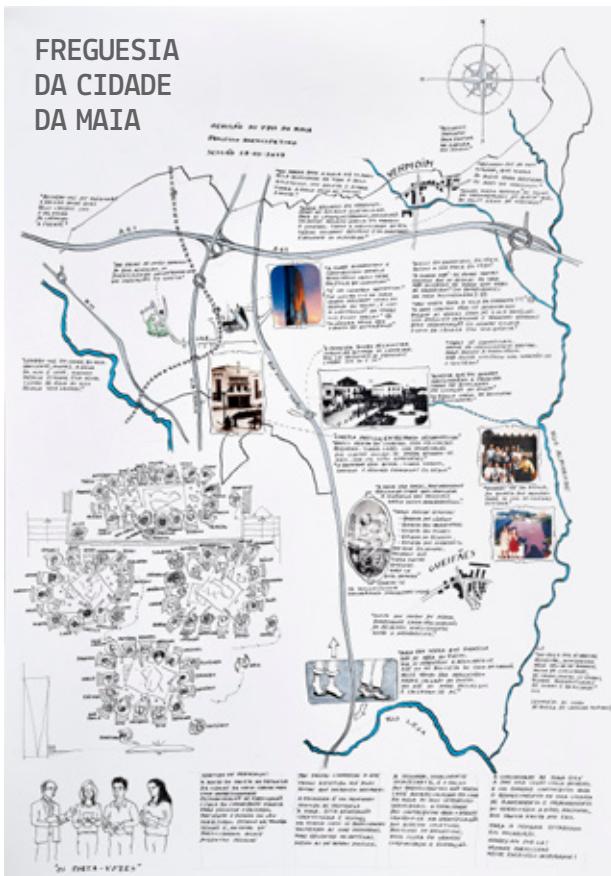
Talvez valha a pena ilustrar alguns cuidados colocados na construção deste exercício participativo.

A clarificação das expectativas é uma etapa essencial de um plano e à qual normalmente não se dá muita importância. É a oportunidade de conhecer o que esperam deste instrumento de planeamento decisores, técnicos e cidadãos e de clarificar os objetivos a atingir. Convém lembrar que estamos a produzir um instrumento, sustentado no Decreto Regulamentar n.º 15/2015 de 19 de agosto,

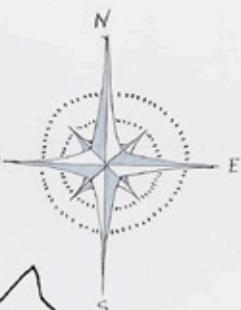
que visa definir o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial através de um Regulamento, Planta de Ordenamento, Planta de Condicionantes e Relatório. As várias reuniões realizadas no início do ano permitiram consensualizar a importância e a necessidade de envolver os cidadãos e os atores locais, de inovar na forma como se comunicam os eventos de participação, de conciliar interesses e de valorizar as discussões em torno das questões coletivas e, por fim, de tornar claro e comprehensível o plano aos técnicos, aos agentes e aos cidadãos.

A forma como normalmente se organiza a participação dos cidadãos num PDM tem tendência para suscitar intervenções em defesa do interesse individual, normalmente associadas à capacidade construtiva dos solos. Noutros casos, há o risco da discussão se centrar quase exclusivamente na identificação dos problemas e muito centrada no tempo presente, não dando espaço para olhar para os elementos importantes do passado e para uma ponderação dos aspectos positivos, dificultando, com isso, a construção de uma narrativa coletiva mobilizadora.

Para tentar evitar os problemas referidos, foi criado um momento de partilha de memórias coletivas que permitiu que emergisse um conjunto de narrativas de enorme interesse: o forte sentimento identitário e de bairrismo (centralidades, equipamentos, espaços de encontro e de interação social), a importância das vivências no espaço público (do brincar na rua, nos largos, nos lavadouros e tanques), o potencial do património material (moinhos, casas agrícolas e casas senhoriais) e imaterial (estórias e eventos religiosos e pagãos),

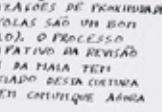
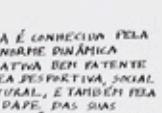
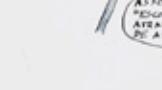


FREGUESIA DE CASTELO DA MAIA



REVISÃO DO PDM DA MAIA
PROCESSO PARTICIPATIVO
SESSÃO 21-03-2019

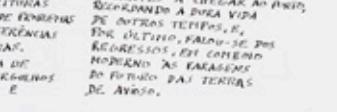
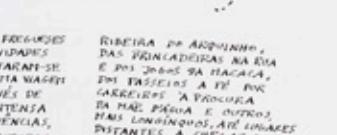
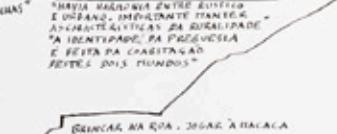
MESA 1



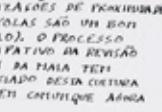
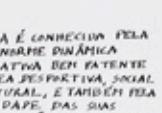
A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



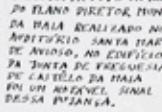
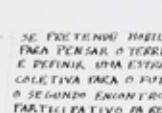
MESA 2



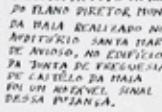
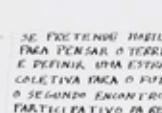
MESA 4



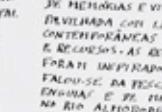
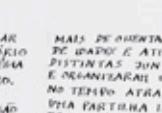
A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



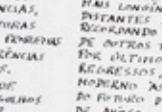
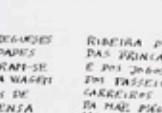
A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



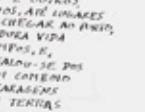
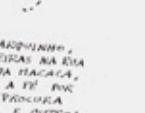
A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



A MAIA É CONECTADA PELA SUA ENERGIA DINÂMICA ASSOCIATIVA, BEN-PATENTE NA ÁREA DESPORTIVA, SOCIAL E CULTURAL, E TAMBÉM PELA CAPACIDADE, DAS SUAS ORGANIZAÇÕES, DE INOVAR (AS ESCOLAS SÃO UM BOM EXEMPLO). O PROCESSO PARTICIPATIVO, NA REVISÃO DO PDM DA MAIA, TEM BENEFICIADO DESSA CORINTA PELA SUA CAPACIDADE DE AGIR.



o valor simbólico dos rios e ribeiros (onde se aprendia a nadar e a pescar) e da agricultura e bouças (lugares de produção). Este conjunto de elementos permitiu a produção de dez mapas de memórias coletivas que estiveram expostos no Salão do edifício principal da autarquia e que acompanham a visita às freguesias na fase de propostas. Tendo o cuidado de não romantizar estas memórias, pois em alguns casos revelam histórias de vida muito duras, existe a vontade de que elas possam inspirar novas ideias para o futuro.

O desafio que temos pela frente é a construção e operacionalização de uma agenda de propostas dos cidadãos para o município da Maia, com enfoques nos temas da mobilidade, do ambiente, das centralidades e da socioeconomia. Nas sessões organizadas, os participantes puderam escolher um dos quatro temas, consensualizar o diagnóstico produzido na fase anterior e construir as propostas coletivas, procurando, sempre que possível, mapeá-las. No final do trabalho, houve sempre uma confraternização entre os participantes, para celebrar o trabalho cívico realizado.

Relembreamos que esta é uma oportunidade dos cidadãos e dos atores ligados a temáticas sociais, culturais, económicas e ambientais expressarem a sua opinião e apresentarem as suas propostas, sobretudo as que visam o interesse de todos. É um momento raro de diálogo descontraído com os vizinhos, os técnicos da autarquia e os membros da equipa que acompanha este processo para a produção de ideias transformadoras para o futuro da Maia.

Admitimos que muitos se interroguem sobre qual será o resultado final deste exercício. À semelhança do tem sido feito até ao momento, em cada reunião é produzido um documento escrito que fica público no site da CMM (<https://www.cm-maia.pt/p/revisaopdm>). No final, se as propostas sugeridas responderem a um interesse coletivo e estiverem alinhadas com os objetivos do PDM, elas irão fazer parte dos documentos escritos ou desenhados do plano. Para além disso, dada a qualidade do material produzido pelos participantes este poderá ser de enorme utilidade para fundamentar decisões de políticas públicas nos mais variados domínios. Mas este processo não se esgotará nas palavras. Há vontade de identificar uma ação por freguesia e tentar levá-la a cabo de forma experimental envolvendo cidadãos e entidades responsáveis. O objetivo destas ações táticas é ativar a energia cívica das comunidades escolares e familiares, das associações locais e das empresas para apoiarem e se envolverem na experimentação de algumas das ideias para posterior replicação no futuro.

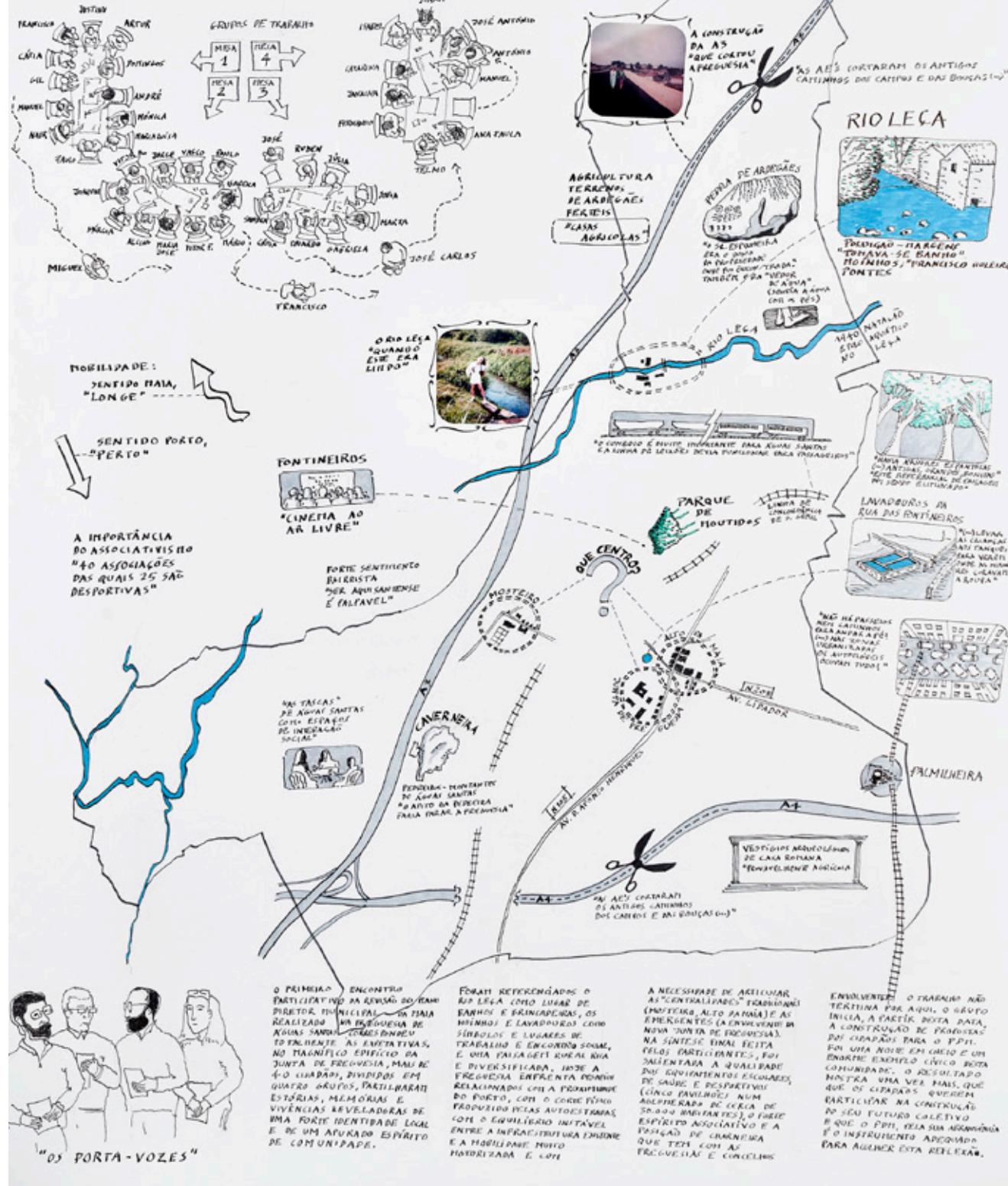
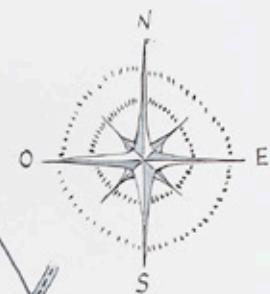
Terminamos com um agradecimento aos maiatos pelo notável trabalho que estão a produzir e pelo exemplo de cidadania que estão a dar ao país, num momento em que tanto se fala da crise da participação democrática. Tem sido uma honra para a equipa da Universidade de Aveiro poder acompanhar este exercício e aprender com todos vós.

José Carlos Mota, Gil Moreira, Isabella Rusconi e Janaina Teles

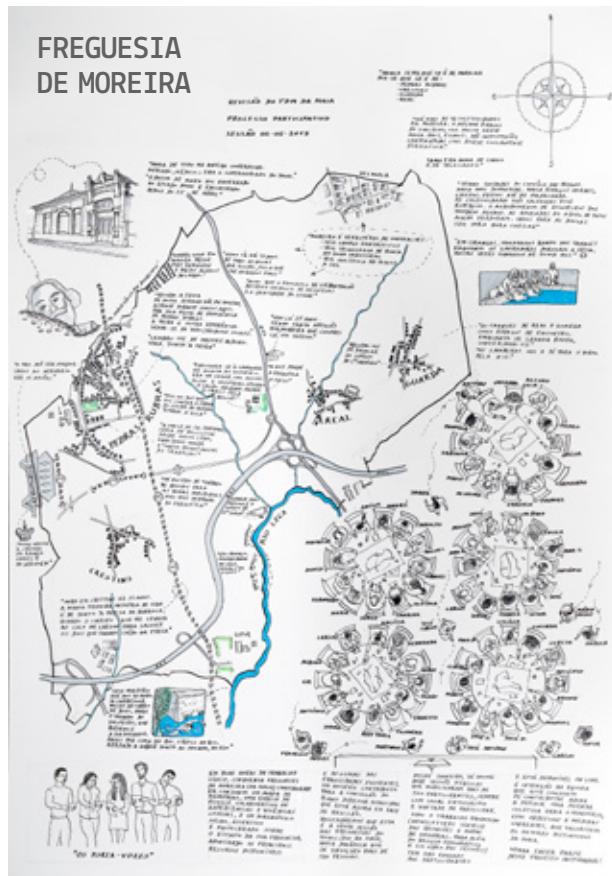
Equipa da Universidade de Aveiro responsável pela coordenação científica do processo participativo do PDM da Maia

FREGUESIA DE ÁGUAS SANTAS

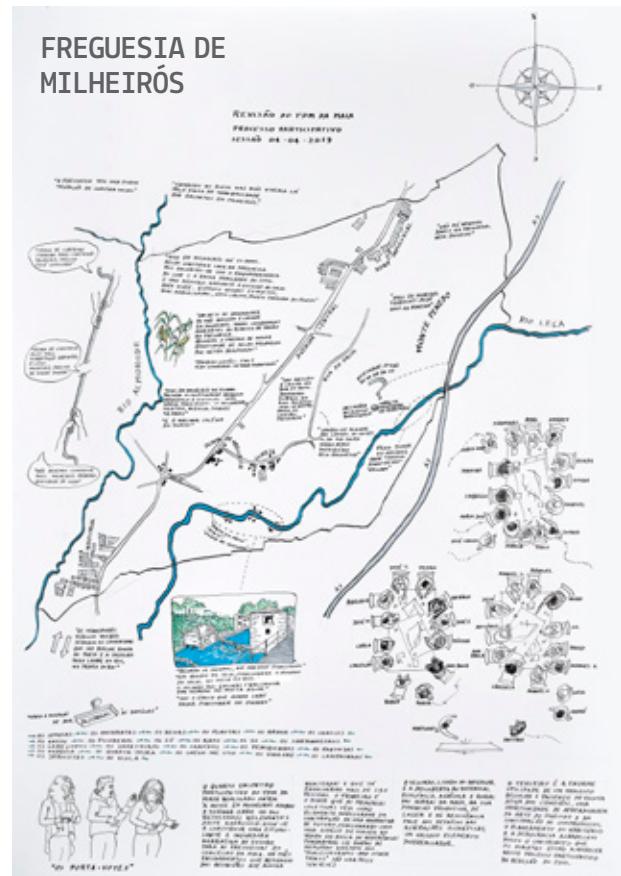
REVISÃO DO PPM DA MAIA
PROCESSO PARTICIPATIVO
SESSÃO 01-03-2019



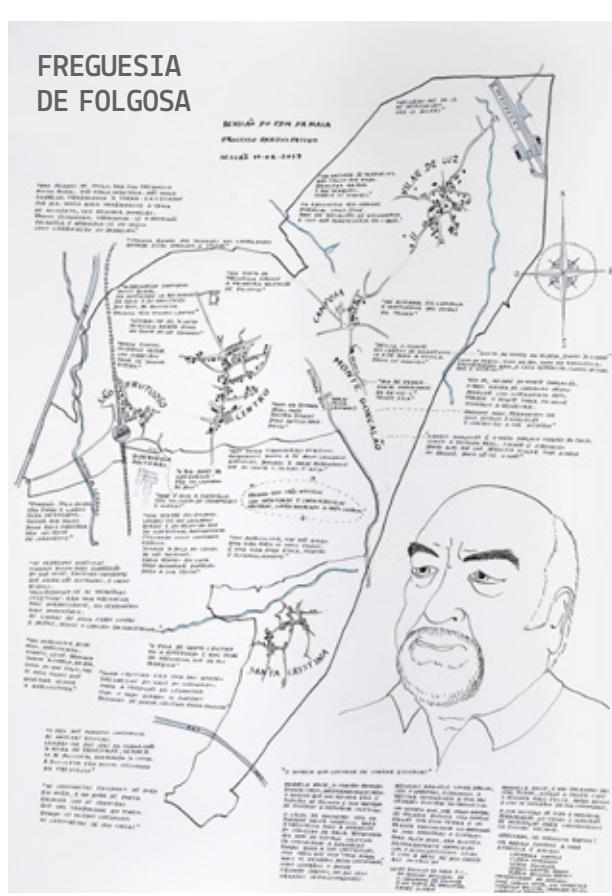
FREGUESIA DE MOREIRA



FREGUESIA DE MILHEIRÓS



FREGUESIA DE FOLGOSA



FREGUESIA DE VILA NOVA DA TELHA



Cultura



A Cultura como tecedora de Comunidade

Poderá parecer estranho que uma revista focada em "Ordenamento Territorial", aborde e dê importância às questões relacionadas com a Cultura.

No entanto, se pensarmos que toda a paisagem humanizada (aquele em relação à qual o Ser Humano interagiu, de uma ou de outra forma) é cultural, percebemos a importância deste tema.

Afirmou um célebre filósofo norte-americano, Allan Bloom, falecido em 1992, que "a Cultura é aquilo que torna possível, num nível superior, a vida social rica que constitui um povo e que o transforma numa unidade moral". Eu concordo totalmente com ele.

O conceito de "Cultura" é muito complexo e dado a muitas definições e interpretações, no entanto, julgo que o mais interessante é aquele que está associado a acções, e comportamentos humanos, que na longa duração se tornaram herança, e as acções e comportamentos humanos - mais ou menos inspirados e condicionados por essa referida herança - que surgem como novas no presente, inspirando e condicionando por sua vez o futuro, na esfera intelectual e nas suas manifestações ao nível do pensamento e da criação, quer individuais quer colectivas.

Quando pensamos o Território da Maia - o que já foi e o que é - concluímos, que em termos de matriz cultural, impressa na herança, a mesma partilha quase tudo da matriz cultural comum a uma vasta zona, correspondente ao litoral norte português e ao litoral galego, em que os processos de fixação humana, a vivência religiosa e laboriosa - muito ligada à terra e ao mar -, as relações sociais estabelecidas, incluindo as de poder, são muitíssimo semelhantes, ou seja, em

tudo o quanto é definidor e fundamental, não há grande diferença na herança cultural de um maiato, de um vila-condense e de um habitante da galega Vigo.

Esse facto, entre outros, permitiu que do ponto de vista da paisagem cultural - a humanizada -, pelo menos até aos meados do século XIX, a semelhança fosse imensa.

A partir dos meados do século XIX, fruto de desenvolvimento tecnológico, em que o Ser Humano começa a ter capacidade para alterar a paisagem do território, em função de algumas actividades económicas - como por exemplo a portuária, a piscatória, a industrial - de uma forma mais intensa e marcante, e também fruto de reordenações de índole administrativa, o universo cultural, dentro do vasto território referido, vai-se alterando e diferenciando.

Por exemplo, e no caso da Maia, a perda da costa marítima, cortou a relação directa com as actividades de mar e de costa, levando isso à perda de algumas referências que eram expressidas em acções e comportamentos.

Por outro lado, e recentrando a questão na Maia, o nosso Concelho, para além da já referida mutilação territorial, provocada pela Reforma de Mouzinho da Silveira, sofreu uma profunda transformação, sobretudo a partir da década de oitenta do século passado, levando a que um território eminentemente rural - com a sua economia quase inteiramente dependente das actividades relacionadas com a agricultura - passasse a ser, como é hoje, um concelho altamente industrializado, sendo o quarto exportador nacional.

Essa transformação teve muitos impactos, quer do ponto de vista urbanístico, quer demográfico.

Bienal de Arte Contemporânea da Maia, 2019



© Tiago Casanova



© José Lopes

Jazz no Parque Central da Maia, 2019



© José Tomé

Na verdade, a Maia tem crescido em termos de população, cerca de 20% a cada década que passa, facto que levou a uma profunda reconfiguração do perfil dos seus habitantes, que são cada vez mais não naturais e com poucas - para não dizer nenhuma - ligações fortes com o próprio território.

Essa realidade, a coexistência de uma população autóctone com uma crescente população que podemos chamar "forasteira", aporta, como é evidente, algumas perturbações ao nível da "identidade cultural".

Perante este facto, e no que se refere à política cultural municipal, tiveram que se tomar algumas decisões no caminho a seguir, em prol da coesão.

A primeira decisão assentou numa aposta muito forte na disponibilização de uma oferta cultural, que tivesse condições de atrair os mais jovens, as crianças e adolescentes, filhos e filhas das famílias que se foram fixando, por uma razão de ordem prática: se seria extremamente difícil cativar a franja populacional de fixação recente, com idades entre os 25 e os 40 anos de idade, em relação aos seus descendentes, o caminho estava já facilitado. Assim enveredou-se pela criação de inúmeras estruturas formativas – em que a música e o teatro, pelas suas características, ganharam especial preponderância – e por iniciativas susceptíveis de captarem esse público preferencial, e por isso nos transformamos numa referência no

Maia Blues Fest, 2019



Dia da Criança, 2018



© Sofia Barreiros

Festival Internacional de Teatro Cómico da Maia, 2019



© Sofia Barreiros

Forum da Maia, 2019



© Ricardo Pereira

âmbito da “Arte Contemporânea”. Tudo isso sem descurar o apoio às instituições de índole associativa, profundamente enraizadas na comunidade, e com um meritório papel e função culturais perfeitamente assimiladas e queridas pela população natural.

A aposta neste segmento mais jovem (preferencial, mas não exclusiva) possibilitou um melhor entrosamento entre as crianças e jovens locais com as crianças e jovens recém-chegados, e – em simultâneo – quase que obrigou a geração dos pais a envolverem-se, por força dos filhos, na própria comunidade em que decidiram residir.

Em cada ano que passa as diferenças de vivência comunitária, entre os que já estavam e os que

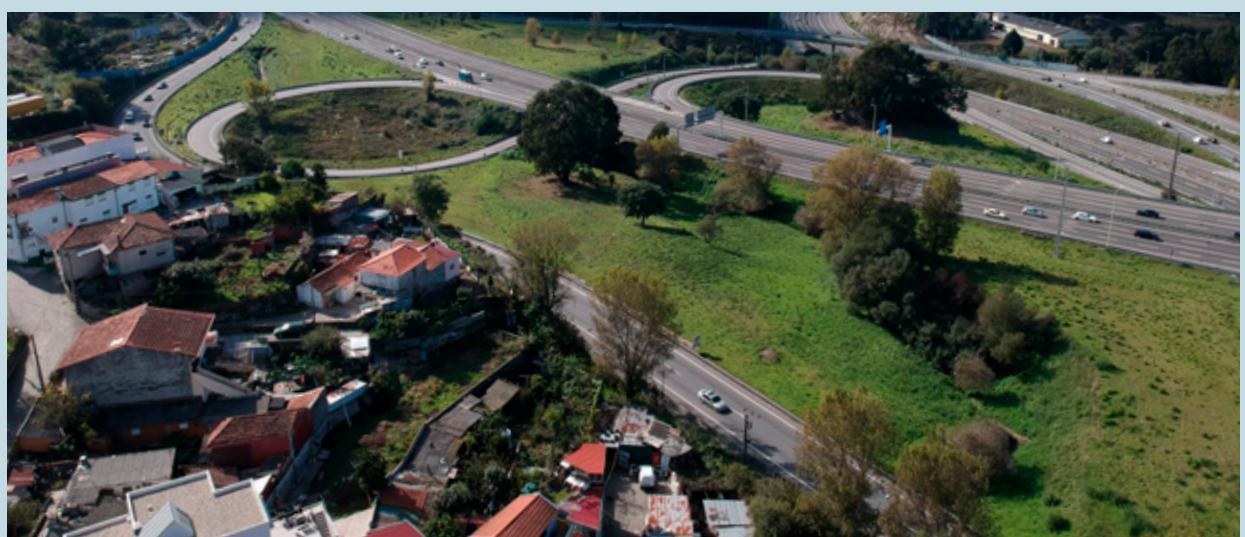
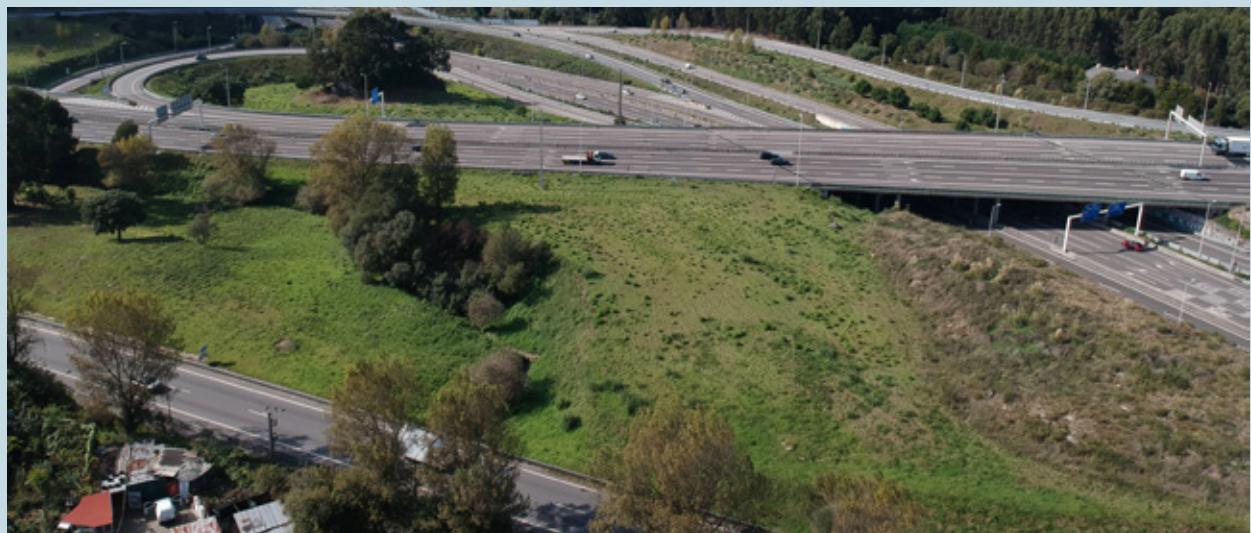
foram chegando, são cada vez mais diminutas, e já se pode recomeçar a falar numa verdadeira “comunidade maiata”, e nisso a “Cultura” teve uma importância extraordinária.

Neste primeiro artigo sobre “Cultura” desta revista, procurou-se apenas fazer uma caracterização sumária e explicar a razão de algumas opções tomadas. No entanto, nesta área, há ainda muitíssimo para explanar, como por exemplo, o quanto a Cultura é importante no desempenho da função de “capital” da cidade sede do Concelho. Outros números virão e outras prosas se escreverão.

Mário Nuno Neves

O Vereador da Câmara Municipal da Maia

Mobilidade



© Diogo Conceição, 2019

À procura de Sustentabilidade na Mobilidade!..

Durante as últimas duas a três décadas, que registaram os maiores ímpetus de crescimento, fomos dominados por um dos mais perniciosos modos de transporte: o automóvel! As suas vantagens aparentes: a independência, a rapidez e a flexibilidade conduziram a um povoamento ainda mais disperso e difuso e, com ele, a um acréscimo de custos de infraestruturação, de manutenção, de congestionamento, ambientais e de saúde.

Hoje, constatamos, com preocupação, que praticamente 71% da população da Maia se desloca de automóvel¹ e que a taxa de motorização se situa em 79%². Poderemos sempre dizer que estes números se devem ao facto de a Maia representar um concelho dinâmico, que alberga um significativo número de empresas, com um peso importante no padrão de mobilidade local. Também é verdade! No entanto, reconhecer que um considerável número de polos geradores e atractores de deslocação de pessoas, bens e serviços se localiza na Maia, ao invés de servir para desculpar uma elevada taxa de motorização ou ainda a percentagem de utilização do automóvel nas deslocações quotidianas, deve servir sim para nos responsabilizar ainda mais na identificação de medidas que, a curto, médio

e longo prazo nos permitam inverter o peso que os transportes atualmente representam no consumo energético e na emissão de Gases com Efeitos de Estufa, 29%, imediatamente a seguir à indústria, que representa um peso de 45%³.

Com efeito, se vivemos num município onde o que não pode deixar de ser transportado por recurso a soluções motorizadas é significativo, mais um motivo para atuar sobre os casos que podem e devem encontrar soluções alternativas de deslocação. E será a mobilidade elétrica uma solução?

Acreditar que a mobilidade elétrica será uma peça importante no processo de transição, sobretudo em resposta às necessidades das empresas, é fundamental! Essa esperança implica, porém, a consciência de que é necessário assegurar que a marca carbónica na produção de energia elétrica baixe significativamente, o que exige um esforço considerável por parte do setor electroprodutor e por parte de cada um de nós que hoje temos já a oportunidade de assumir o papel de microprodutores, no sentido de elevar a quota de renováveis na produção de energia, cujos dados mais recentes, e relativos ao ano de 2018, situam em 55,3%⁴.

1 Instituto Nacional de Estatística, Imob – Inquérito à Mobilidade nas Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa, 2017.

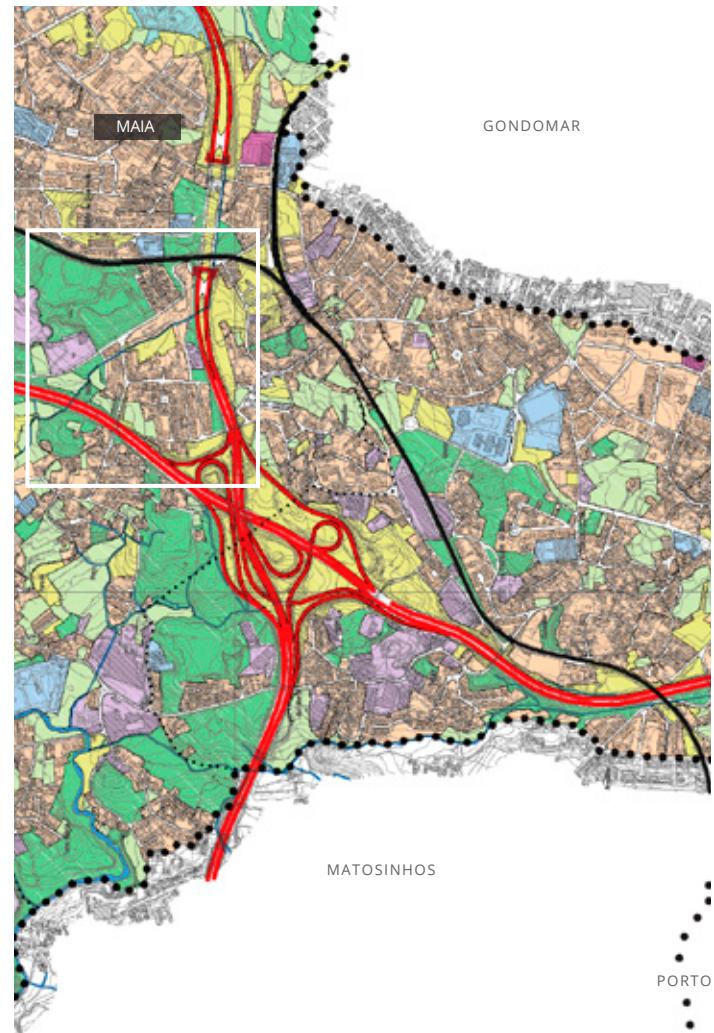
2 Agência de Supervisão de Seguros e de Fundos de Pensões, 2018.

3 Relatório Anual de Energia e Emissões, AdEPorto, 2016.

4 Relatório Estado do Ambiente, APA, 2019.



© Diogo Conceição, 2019



No território da Área Metropolitana do Porto a Norte do Rio Douro, a Maia é o geo-núcleo do oito Concelhos – sendo mesmo o único que tem fronteiras com outros sete. Essa circunstância, por si só, já faria do seu território uma massa retalhada pela imposição do modelo dominante de macro-planeamento pressuroso das ultimas sete décadas: infra-estruturas de serviços urbanos intermunicipais (água, energia) e super-estruturas de mobilidade regionais e nacionais (mobilidade rodoviária e ferroviária). O crónico défice de participação local neste nível de macro-planeamento resultou em violenta perda de apuro na inserção territorial e paisagística. O sobrante dos antigos tecidos urbanos e dos contínuos naturais, assim rasgados, deixam ao Município vastas áreas de “não-lugares”, desconectadas, informes e quase todas sem préstimo urbanístico algum. Tarefa hercúlea, a de ir “naturalizando” esses arquipélagos de retalhos, sobrantes dos rasgões betuminosos. Virá um futuro, já imaginado na passarola de Bartolomeu de Gusmão, em que a floresta voltará para engolir e obliterar esses traços grosseiros, remediando numa medida do possível.

José Carlos Portugal



© Danilo T. Leite Ferreira, 2018

Mas a sustentabilidade da mobilidade mede-se também pela disponibilidade de espaço para a vivência da cidade. É unânime o reconhecimento de que precisamos de mais e melhor mobilidade sustentável! Mas a pergunta que todos nos deveremos fazer é se estaremos todos disponíveis para contribuir para a transição necessária.

Se imaginarmos um cenário de acréscimo de qualidade de serviço do transporte público de passageiros na Área Metropolitana do Porto, e bem ainda da melhoria das condições de coexistência dos modos pedonal e ciclável, quantos de nós, efetivamente, estaremos dispostos a migrar para estas soluções?

Talvez seja importante discorrer aqui acerca do que o ordenamento do território, o planeamento e o projeto podem fazer por uma

melhor mobilidade. Na verdade, podem fazer muito! Desde 2013 que a Maia formalmente integrou a mobilidade sustentável no processo de planeamento, procurando mais e melhor integração da mesma nos diferentes níveis de planeamento, projeto, gestão e governança da cidade, possuindo em execução uma série de ações, umas mais físicas, outras mais intangíveis, que acredita serão o pontapé de saída no sentido de uma verdadeira transformação urbana.

No entanto, se imaginarmos um cenário em que todas estas variáveis de influência do sucesso das realizações num ápice, se articulassem em pleno e, como que por magia, providenciassem pela entrega das melhores condições de uso destes modos, estariam os cidadãos e as empresas abertos a protagonizar essa transição?



© Ana Paula Camilo, 2019

Estarão os cidadãos e as empresas conscientes de que para melhorar o serviço de transporte coletivo e as infraestruturas dedicadas ao peão e ao ciclista, é preciso tomar medidas que implicam opções em favor destes e em detrimento da circulação automóvel?

Estarão disponíveis para contribuir para melhorar a velocidade de circulação do transporte coletivo, aumentando o número e dimensão e qualidade dos passeios e das ciclovias e as faixas de circulação bus, retirando espaço de circulação e de estacionamento ao automóvel?

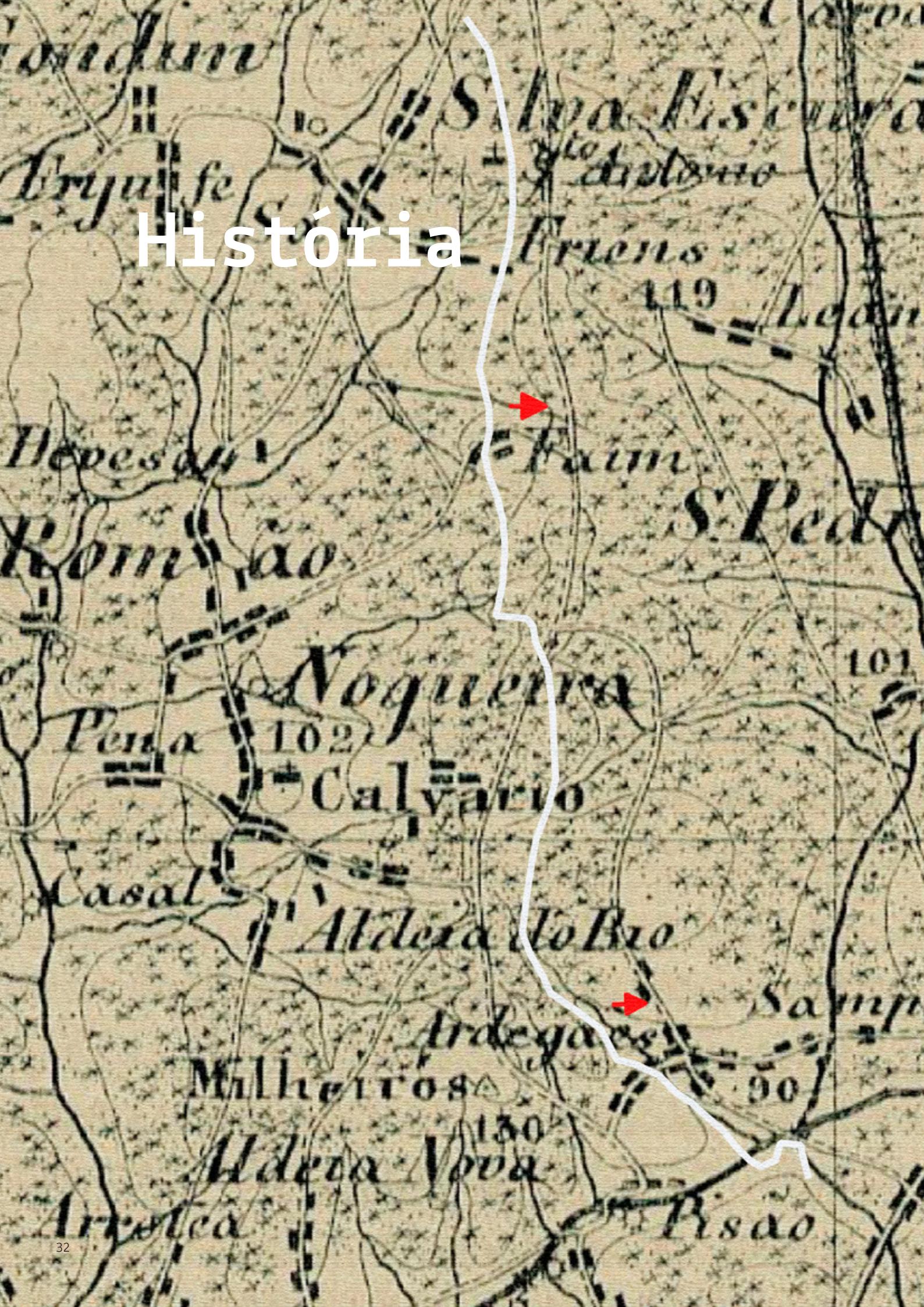
Estarão ainda abertos a prescindir de parte do conforto que o automóvel individual proporciona em independência, tempo, flexibilidade em prol de uma cidade mais fluída, menos ruidosa, mais respirável, mais segura, mais vivida, mais comunitária?

A Maia move-se, tendo como visão de destino uma comunidade neutra em carbono, planeando, executando, monitorizando, ajustando se necessário, em domínios diversificados e em particular na mobilidade sustentável. Prepara-se para concluir algumas realizações que permitirão entregar alguns quilómetros adicionais de ciclovias, mais e melhores passeios, mais e melhores transportes públicos, soluções para responder ao desafio da mobilidade elétrica, encontra-se a rever os seus instrumentos de planeamento, e fá-lo com a participação da comunidade interessada.

Seremos capazes, enquanto comunidade, de assegurar verdadeiro impacto?

Marta Susana Moreira
Chefe do Núcleo de Estratégia, Desenvolvimento e Inovação da Câmara Municipal da Maia

História



O caminho municipal 1372, elemento patrimonial a revisitar.

“O território não é um dado, mas um resultado de diversos processos”¹.

A realização da carta arqueológica municipal tem como objetivo a produção de um documento com a representação e identificação dos locais com vestígios de ações de transformação da paisagem pelas diferentes comunidades humanas ao longo tempo.

A Carta Arqueológica do concelho da Maia teve inicio no ano de 2004. Nesse mesmo ano o município toma as primeiras medidas de salvaguarda das quais resultaram a realização de diversas intervenções arqueológicas de escavação.

Na primeira revisão do Plano Diretor Municipal (PDM), publicada no ano de 2009, a Carta Arqueológica é integrada na Carta de Ordenamento. Nesta encontram-se representados os sítios arqueológicos identificados e respetivas zonas de proteção patrimonial do subsolo. A Carta Arqueológica deixou de ser um mero documento histórico e torna-se num documento estruturante do ordenamento do território com a missão de salvaguarda, investigação e valorização do passado.

A revisão em curso do PDM lançou novos desafios patrimoniais. De entre os quais destacamos, a necessidade de envolvimento da sociedade

na defesa, valorização e usufruto dos valores patrimoniais e apreensão da paisagem, seja ela urbana ou de tradição rural, independentemente dos seus traços de antiguidade.

Com a Carta Arqueológica Municipal, a incluir na revisão do plano em curso, não pretendemos um documento exclusivamente diacrónico, nem temos a ousadia de propor uma intervenção territorial alicerçada na memória, na simples vinculação do projeto à memória.

Pretendemos estabelecer uma aproximação à observação e interpretação dos lugares onde habitamos. Uma Carta alicerçada no território como um todo, na combinação de diversas aproximações, como a ecológica, a arqueológica, a histórica, a etnográfica e a incorporação de aspetos sociais e económicos do património. Uma intervenção estruturada em mecanismos de aproximação e de apropriação da memória de um território metropolitano suburbano e a sua legibilidade na atualidade. Propomos a construção de uma gramática que permita a descodificação dos hipertextos, ligações, encerrados no palimpsesto de um território.

Um dos elementos novos da Carta Arqueológica do concelho da Maia é a inclusão do património viário. Esta opção tem como base a importância da rede viária na estruturação da paisagem como valor de identidade local.

¹ CORBOZ, André, *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon, Editorial de l' Impimeur. 2001.

Um dos elementos patrimoniais de maior utilização e permanência no tempo longo são os itinerários viários. Os seus traçados vão, contudo, sofrendo alterações ao longo do tempo. Consequência de novas formas de locomoção, perda de relevância dos lugares que estiveram na sua origem, construção de trajetos complementares, etc.

Esta característica da rede viária cria uma ramificação complexa, mas reveladora dos ritmos históricos de ocupação humana de um território. Antigas estradas de ligação entre Igrejas Paroquiais, freguesias, ou lugares, podem ser na atualidade itinerários descontínuos formados por caminhos agrícolas, florestais ou vicinais, muitas vezes referidos localmente como “quelhas” ou carreiros.

Esta rede de caminhos é, pelas suas características, um dos meios de aproximação e apropriação da memória de um território, numa sociedade em constante procura de meios de locomoção alternativos. Estes trajetos tiveram na sua génese a deslocação pedestre ou com carro de tração animal, sendo por isso, melhor adaptados à geomorfologia, à hidrografia, ao tipo de solo e a condições de defesa e visibilidade.

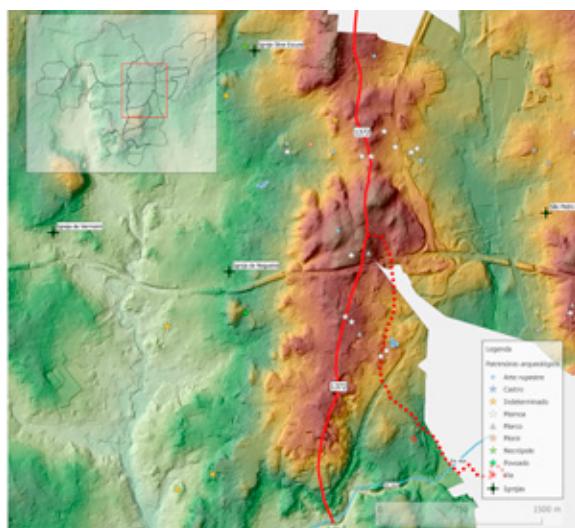
Como exemplo do referido, abordaremos o itinerário da antiga estrada que ligava São Lourenço de Asmes, atual Ermesinde, concelho de Valongo, a São Mamede do Coronado, concelho da Trofa, passando pelas antigas freguesias de Nogueira da Maia e Silva Escura, concelho da Maia.

No mapa 1, o Caminho Municipal 1372, encontra-se representado com dois braços, um cruza o rio Leça na Ponte do Pisão e outro na Ponte das Traves. O itinerário pela ponte do Pisão, teria como ligação o Mosteiro de Águas Santas. Este trajeto, na cartografia do século XIX e princípios do XX, é representado a contornar a cota 130 do Monte Penedo pelo nascente. Deste trajeto não existem na actualidade quaisquer vestígios da via devido à extração de granitos. O itinerário deveria ser realizado pelo poente da cota 130, atual travessa do Trelalteiro, topónimo associado na documentação medieval a um caminho antigo.



O itinerário do braço que utiliza a Ponte das Traves, ponto limite de concelho, é muito mais seguro de traçar. Após o rio Leça, o caminho ainda é utilizado como caminho rural, seguindo depois pela rua de Ardegães até ser cortado pela autoestrada Porto-Braga. Após este ponto o trajeto é delimitado por muros até à Estrada Municipal 533. Após a passagem sob a autoestrada A41, cota 120 metros, o caminho entra na zona de maior declive. Aí ainda persiste o trajeto original, murado, até aos reservatórios de água de Nogueira, à cota de 150 metros, onde entronca com o outro trajeto.

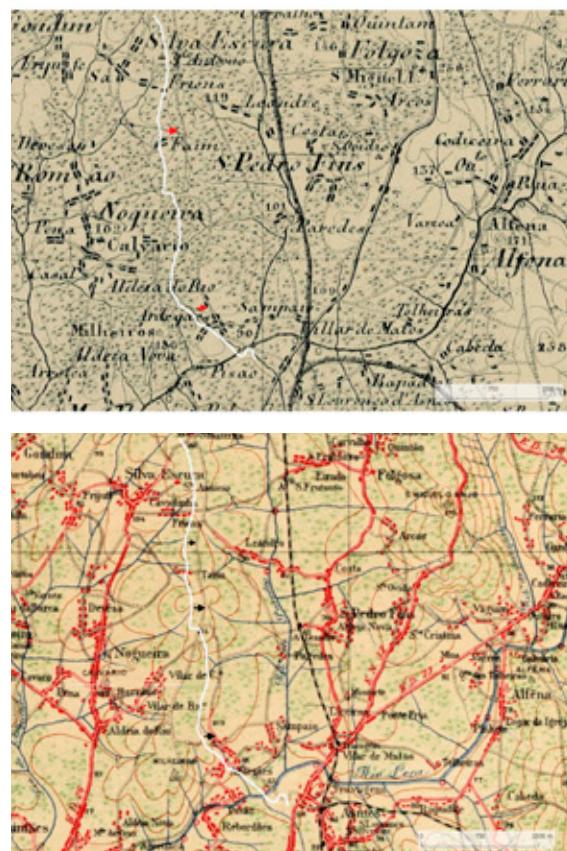
Sobre a origem do traçado apenas podemos afirmar que é antigo, talvez mesmo muito antigo. Ao longo do trajeto, entre Ardegães e Taím, o caminho cruza-se com diversos sítios arqueológicos com cronologias compreendidas entre o V milénio e finais do II milénio antes de Cristo: necrópoles do período Neolítico, locais com arte rupestre e evidências materiais da Idade do Bronze. Outro dado que podemos associar à longa diacronia da via é a referência na documentação medieval aos lugares de São Lourenço de Asmes, Ardegães, Taím, Friães, Sá, e Leandro; todos localizados na sua imediação.



No concelho da Maia, o caminho tem como limite as Alminhas de Santo António, lugar da Cavadinha, antiga freguesia de Silva Escura.

A importância da via no final do século XIX e inicio do século XX, está documentada através da sua representação na Carta Corographica do Reino, escala 1:100.000, folha 9C, impressa no ano de 1880; e na Carta de Portugal, escala 1:50.000, folha 9C, impressa no ano de 1915, mas referente aos Trabalhos Geodésicos e Topográficos realizados no ano de 1911.

O desuso deste itinerário poderá estar relacionado com perfil topográfico acidentado do trajeto ou com utilização de um caminho com uma topografia de vale e meia encosta, estruturado através dos lugares de Ardegães, Sampaio, Paredes e Leandro, correspondente à atual rua Central de Sampaio, rua das Paredes e rua das Cardosas.



Carlos Alberto Ferreira de Almeida refere que Património é qualidade e memória. Sem qualidade, intrínseca ou circunstancial, não haverá fundamento para que um testemunho-memória tenha de ser conservado. E assim nos surge referir que sem caminhante não há caminho, ou parafraseando António Machado "o caminho faz-se caminhando".

André Tomé Ribeiro

Arqueólogo da Câmara Municipal da Maia

Colophon

Terramaia #1

Publicação semestral do Município da Maia

Edifício dos Paços do Concelho

Praça do Doutor José Vieira de Carvalho

Maia

Propriedade

Município da Maia

Edição

Pelouro de Planeamento Territorial,
Mobilidade e Transportes e Pelouro da Cultura

Diretor

Mário Nuno Neves

Editor e Responsável Científico

José Carlos Portugal

Coordenação Editorial

Sofia Barreiros

Produção

scopio EDITIONS

O

Consultor Editorial

Pedro Leão Neto

Design

Né Santelmo

Impressão

Gráfica Maiadouro

Janeiro 2020

ISSN 2184-6448

ISBN 978-972-8315-54-2

(Legal) - Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida, copiada ou transmitida de qualquer forma ou por qualquer meio ou armazenada em qualquer sistema de armazenamento ou recuperação de informações sem a permissão por escrito do editor. Todas as fotografias apresentadas neste livro são © dos fotógrafos.

Os textos estão publicados respeitando as regras ortográficas adotadas por cada autor.

Autores - Ilustração convidados

Angelina Mar

Mariana Couto

Autor - Fotografia convidado

Cláudio Reis

Autores - Fotografia

Ana Paula Camilo

Danilo T. Leite Ferreira

Diogo Conceição

José Lopes

José Tomé

Ricardo Pereira

Sofia Barreiros

Tiago Casanova

Autor - Mapas de Memória

Gil Moreira

Autores - Textos

André Tomé Ribeiro

Gil Moreira

Isabella Rusconi

Janaina Teles

José António Lameiras

José Carlos Portugal

José Carlos Mota

Mário Nuno Neves

Marta Susana Moreira



Capa

Cláudio Reis, 2018

A Encruzilhada - v.02 (e se, afinal, o amanhã já tiver sido ontem?)

" (...)

Sei que seria possível construir a forma justa
De uma cidade humana que fosse
Fiel à perfeição do universo."

Sophia de Melo Breyner Andresen / excerto de "A Forma Justa", in "O nome das coisas", 1977

Se há algo de persistente que as sessões do processo participativo em curso para incorporação na Revisão do PDM da Maia têm revelado é um sinal nostálgico atinente a "coisas" que as pessoas têm consciência de ter perdido, mencionando-as com a melancolia de quem não percebeu como e porque foram perdidas. Como se tivessem sido apanhados no futuro sem presente e apenas com passado.

Os Rios e as Ribeiras onde se nadava; os Caminhos através dos Campos e das Bouças pelos quais se corria a caminho da escola ou da casa dos amigos; a possibilidade de Brincar na Rua livremente; um sentido de Bairro e Comunidade em que todas as pessoas se conheciam e ajudavam; havia Sítios – praças, largos, pracetas - onde as pessoas se encontravam para conviver.

Depois veio o crescimento urbano, tão quantitativo, intenso e acelerado, que espantava e emudecia de tão transformador; quase não se tinha tempo para acompanhar tudo o que sucedia de novo. E, de facto, não foi possível ver, com olhos de ver, tudo o que sucedia em vertigem. No fundo, do ponto de vista do Ordenamento do Território, chegámos ao futuro sem passar pelo presente.

Só no "pós-crise", nesta segunda década do século e por via da nova "Lei dos Solos" nos foi possível abrandar, sentarmo-nos na tal ultima sombra da encruzilhada e olhar para trás, vendo.

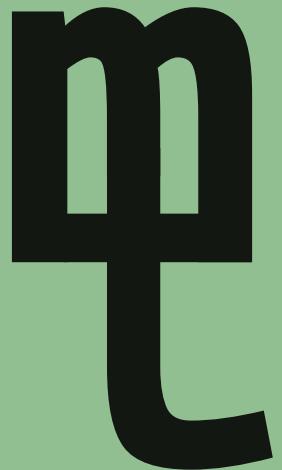
Este #1 da TM leva um bloco de testemunhos e ilustrações desse olhar sobre o presente que nunca o foi. Um conjunto de reflexões e expressões críticas, fabricado por gente que está directamente envolvida – decisores, técnicos e comunidade - na missão de tentar transformar esse olhar numa visão agora necessariamente mais madura e assertiva do caminho que caminharemos.

Esse será o universo conceptual do #2 da TM. Partir desse anacrónico presente-ausente-passado que só hoje é inteligível, mas com a clara tentativa de projectar a visão para um futuro que, cada vez mais, é instantaneamente presente-passado.

Sem ucronia e com coragem, procuraremos também registos mais forasteiros do que locais – ver mais de longe e mais além.

Que a leitura da TM cumpra a missão primordial - estimular a participação informada e a crítica colaborativa.

José Carlos Portugal



orgânico
cultura
identidade

